



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

**CRISES ECONÓMICAS E EMIGRAÇÕES: UMA RESENHA HISTÓRICA E A SUA APLICAÇÃO
AO CASO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**

CANDEIAS, Pedro

Doutorando em Sociologia, ICS-UL e SOCIUS, pedromecandeias@gmail.com

Resumo

Nos últimos anos, tem-se assistido nos media, no campo político e no senso comum, a uma generalização de discursos que associam a atual crise económica e financeira a uma nova vaga de emigração portuguesa. Esta comunicação pretende abordar o que se designar por um *crisis-migration nexus* através de duas abordagens. Em primeiro lugar, apresenta-se uma revisão de literatura sobre os impactos das crises económicas nas migrações. Serão revisitadas as consequências da grande depressão, dos choques petrolíferos dos anos 1970 (considerado um dos motivos do fim do sistema de trabalhadores convidados e do início das migrações para os países do Golfo), da crise financeira asiática de 1997-1998 (com impactos moderados nas migrações), e especialmente da atual crise de 2008 nas migrações internacionais. Em segundo lugar, é objetivo conhecer alguns impactos da crise de 2008 na emigração portuguesa. Para tal serão mobilizados dados de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra de cerca de 6.000 portugueses residentes em cerca de 100 países estrangeiros - projeto REMIGR. Neste estudo o trabalho de campo decorreu entre maio de 2014 e maio de 2015 foi aplicada uma estratégia multi-modo (online e papel-e-caneta). Uma série de regressões logísticas tendo como variável dependente *dummy* o ano de chegada após 2009 permitem conhecer os fatores que diferenciam os emigrantes que saíram de Portugal antes de 2008 dos recentes. Será atribuída especial atenção a variáveis como os países de destino escolhidos, o perfil sociodemográfico dos emigrantes, a sua trajetória migratória e a sua integração no destino.

Abstract

In recent years, there has been in the media, in politics and in common sense a generalization of speeches that associate the current economic and financial crisis to a new wave of Portuguese emigration. This communication aims to address what is termed as a *crisis-migration nexus* through two approaches. First, it presents a literature review on the impact of the economic crisis on migration. There will be revisited the consequences on the international migrations caused by the Great Depression, the Oil Shocks of the 1970s (considered one of the reasons for the end of the guest worker system and the start of migration to the Gulf countries), and the Asian financial crisis of 1997-1998 (with moderate impacts in migration), and especially the current crisis of 2008. Secondly, it is objective to know some impacts of the 2008 crisis on the Portuguese emigration. To this will be mobilized data from a questionnaire survey applied to a sample of about 6,000 Portuguese residents in about 100 foreign countries – the REMIGR project. In which field work took place between May 2014 and May 2015 and was applied a multi-mode strategy collecting surveys online and in paper-and-pen format. A series of logistic regressions having as dependente variable a *dummy* for the year of arrival after 2009 allow to know the factors that differentiate the emigrants who left Portugal before 2009 from those more recent. It will be given special attention to variables such as the countries of destination, the demographic profile of the migrants, their migratory path and their integration in the destination.

Palavras-chave: emigração portuguesa; crises económicas

Keywords: portuguese emigration, economic crises

[COM168]

1 Introdução¹

Pretende-se com esta comunicação rever as consequências de anteriores crises económicas nas migrações e perceber de que modo a crise mais recente afetou o perfil dos emigrantes portugueses. A importância e relevância deste exercício associa-se ao recente contexto português, que conjugou uma crise económica e uma elevada relevância das emigrações. E em que, no discurso político, mediático e senso comunal, ambas são muitas vezes associadas num mecanismo causal, que se pode classificar de um *crisis-migration-nexus*. Conhecer as consequências de crises anteriores nas migrações ajudará estabelecer hipóteses para a situação atual, bem como deixar de parte constatações de menor fundamento.

A revisão da literatura encontra-se estruturado em duas partes, uma primeira revê crises anteriores e os seus impactos nas migrações. Nomeadamente a grande depressão (1929 - 1940), os choques petrolíferos (1972 – finais dos anos 1980) e a crise asiática (1998-1999). Sempre que possível explorar-se-ão os efeitos ao nível do mercado de trabalho, dos *stocks*, dos fluxos, das políticas migratórias e da opinião pública. A segunda parte dedica-se ao contexto atual, e ao que é esperado alterar-se nas migrações de acordo com a literatura. Para a componente empírica recorre-se a dados de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra de emigrantes portugueses.

2 As crises anteriores e o seu impacto nas migrações

2.1 A grande depressão

A grande depressão teve início em 1929 e terminou entre os anos 1930 e 1940, consoante os países. Foi despoletada por uma crise financeira, resultado de um colapso no mercado da bolsa. Teve consequências nos fluxos, nas políticas de imigração e na opinião pública de países de destino de imigrantes.

Implicou um decréscimo nos fluxos migratórios internacionais. Contudo, não é possível separar os efeitos desta crise das restrições que foram aplicadas em diversos países após a segunda guerra mundial (Castles & Miller, 2009 p.91). Também a falta de estatísticas oficiais disponíveis dificulta a verificação desta afirmação.

Mais facilmente identificáveis são as políticas de imigração restritivas introduzidas em diversos países (Koser, 2009). Em 1932, a França implementou quotas para trabalhadores estrangeiros e levou a cabo deportações. Nos Estados Unidos deu-se um repatriamento massivo de imigrantes da América Latina. E no Canadá deram-se deportações de imigrantes associados a movimentos operários, acusados de serem membro do partido comunista, ou de vadiagem (Koser, 2009).

Geralmente, estas políticas migratórias foram criadas para dar resposta à opinião pública. Durante a grande depressão, o Canadá foi alvo de um aumento de sentimentos antissemitas e anti-imigração. Nos Estados Unidos, atitudes da mesma natureza consubstanciaram-se num aumento de vigilantes - grupos de indivíduos que se auto elegeram para recolher e deportar imigrantes latinos (por vezes independentemente da sua cidadania). Também na França as quotas e deportações previamente referidas foram implementadas para dar resposta à opinião pública (Koser, 2009).

Por vezes, a manutenção do *stock* de imigrantes durante uma crise pode encobrir outros impactos. Durante a grande depressão os salários para os latinos trabalhadores agrícolas no Colorado diminuíram para menos de metade, redução que não foi tão intensa para os trabalhadores autóctones (Koser, 2009). Ou seja, embora o *stock* de imigrantes seja um indicador das condições conjunturais, não é suficiente, uma vez que não espelha as condições de vida dos imigrantes que permaneceram.

Para além destas consequências indiretas é também de referir alguns efeitos perversos da ação. Assim, nos Estados Unidos, a hostilidade face aos imigrantes teve como consequência a emergência de algumas organizações políticas latinas (Castles & Miller, 2010 p.16).

2.2 Os choques petrolíferos

“The 1973 oil crisis has been identified as a major turning point in global migration patterns and policies” (Castles & Miller, 2010 p.8)

A crise do petróleo de 1973 foi despoletada por um embargo da *Organization of Arab Petroleum Exporting Countries* como reação ao apoio dos Estados Unidos a Israel na guerra de Yom Kippur. Uma consequência deste embargo foi o crescimento da riqueza dos países exportadores de petróleo, um aumento da inflação nos países importadores da matéria-prima, e um *crash* no mercado global de ações (Castles & Miller, 2010).

Em termos económicos, uma das consequências que afetou os imigrantes foi a subida dos preços dos alimentos, e mais diretamente, o aumento do desemprego nas áreas da construção e manufatura (Martin, 2009). Tal implicou que a taxa de atividade dos estrangeiros tenha baixado, especialmente devido ao término dos contratos de trabalho e a cessão de novos recrutamentos (Kuhn, 1978 p.220).

Em grande parte dos países da Europa ocidental as entradas de imigrantes diminuíram. Contudo, a fasquia encontrava-se posicionada num patamar elevado, especialmente na Alemanha Ocidental, em que o número de turcos recrutados passou de 118.000 em 1973 para 6.000 no ano seguinte. No geral as alterações nos fluxos variaram de acordo com os países de origem dos imigrantes. Os fluxos com origem nos países mais desenvolvidos - Itália, Grécia, e Espanha - reduziram os seus fluxos. Já os movimentos migratórios com origem na Turquia, Jugoslávia, norte de África e Portugal não foram tão afetados (Dobson, Latham, & Salt, 2009 p.7).

No campo das políticas de retorno apenas a Suíça possuía uma política específica de retorno de imigrantes desde os anos 1960. Na França e na Alemanha esperava-se um regresso voluntário, resultado da escassez de postos de trabalho. Embora tivesse regressado um número elevado de imigrantes, não assumiram valores satisfatórios. Assim, durante as décadas de 1970 e 1980, diversos países iniciaram programas de incentivo financeiro ao retorno, a maioria sem sucesso (Dustmann, 1996 p.214). Um motivo para a necessidade de criação destes incentivos prende-se com medidas tomadas anteriormente para promover a defesa dos direitos dos imigrantes. Como exemplo, na França e na Alemanha não era permitido deportar imigrantes que já fossem residentes desses países há mais de um ano, mesmo que desempregados (Rogers, Anderson, & Clark, 2009 p.685).

Embora se tenham dado retornos de imigrantes após a implementação destas medidas, não é possível perceber quanto desses retornos foram resultado das políticas de incentivo, ou se tratam de regressos que teriam acontecido de qualquer modo, devido ao término do contrato de trabalho (Dobson et al., 2009 p.7). Segundo Kuhn (1978), apenas 10% a 15% dos estrangeiros que se encontravam na Alemanha em 1973 e 1974 regressaram, os restantes permaneceram mesmo que desempregados. Algumas críticas agravam este cenário, uma vez que muitos dos beneficiários deste programa não chegaram a regressar ao seu país de origem (OCDE, 2009 p.31). Uma das explicações para o fracasso destas políticas de incentivo foi o facto de, em grande parte dos casos, as condições nos países de origem não serem otimistas (Koser, 2009). Assim é compreensível que, dos imigrantes nos países europeus, tenham regressado mais imigrantes a Portugal e a Espanha do que à Turquia (Dustmann, 1996). Também em França, estes programas resultaram mais para os espanhóis e para os portugueses do que para os argelinos. Neste país, um primeiro programa em 1975 não teve sucesso, uma segunda tentativa, em 1977, teve 60% de beneficiários oriundos da Península Ibérica (Frey, 1986 in Dustmann, 1996 p.224), uma vez que nestes países de origem a *safety net* era mais favorável (Miller & Martin, 1982 in Martin, 2009 p.685). É de acrescentar que um fator importante para estes regressos possa ter sido os processos de democratização ocorridos em ambos os países da Península Ibérica, em 1974 em Portugal e um ano depois em Espanha.

Em muitos dos casos não se deram regressos, e, ao invés disso, foram até elevados os processos de reagrupamento familiar (Salt, 1981 in Dobson et al., 2009), Na Holanda, em 1977, dos 19.000 imigrantes

oriundos de países de recrutamento, apenas 2.000 eram economicamente ativos (Salt, 1981 in Dobson et al., 2009). Uma vez que na Alemanha não era possível ao imigrante voltar para o país de origem sem perder o visto de trabalho, a solução mais comum foi também o reagrupamento familiar. Com dados do SOEP - *German Socio-Economic Panel*, Velling (1993) mostrou que os reagrupamentos familiares são sujeitos aos *business cycles*. Embora se tenha observado uma intensidade dos reagrupamentos familiares após o fim dos recrutamentos, eles já eram intensos e mantiveram-se elevados até 1979. Isto é, o volume dos processos de reagrupamento familiar sempre foi elevado, mas a proporção face ao total da imigração foi mais elevada após o fim dos recrutamentos, fase que durou até 1979. A partir deste ano, o valor dos reagrupamentos familiares decresceu, segundo Velling, por já terem reunido grande parte das famílias separadas (Velling, 1993).

Outra das consequências dos choques petrolíferos foi uma alteração dos países de destino. O *boom* económico nos países do Golfo Pérsico e do Médio Oriente, fez com que estes se tornassem um novo destino de imigração, especialmente para imigrantes do sul da Ásia (Koser, 2009; Sward & Skeldon, 2009). Também grandes companhias começaram a recorrer a *outsourcing* em países em desenvolvimento, que com o tempo, começariam a ser o destino de outros imigrantes (Sward & Skeldon, 2009).

2.3 A crise asiática

A crise asiática teve início em 1997, resultado do colapso da moeda tailandesa, o Baht. Esta crise iria durar cerca de 2 anos e teve como implicações espalhar-se a grande parte dos países do sudoeste asiático e ao Japão, com uma desvalorização das moedas e quedas no mercado da bolsa, subida o preço dos ativos e da dívida privada (Koser, 2009). O impacto da crise asiática nas migrações foi reduzido uma vez que a crise foi de curta duração e os países recuperaram rapidamente (Koser, 2009).

Em termos de *stocks*, alguns países experienciaram flutuações no seu número de imigrantes, tendo mesmo em alguns países aumentado (Sward & Skeldon, 2009). Já em países típicos de emigração como as Filipinas, a crise interrompeu a exportação de trabalhadores (Koser, 2009 p.17).

No que respeita as políticas migratórias, alguns dos governos asiáticos implementaram medidas de proteção dos trabalhadores nacionais e expulsaram imigrantes. Deu-se uma pressão para os trabalhadores imigrantes abandonarem os países de destino, quer através de políticas governamentais, quer através de medidas policiais, especialmente no que diz respeito a trabalhadores indocumentados. Na Malásia e na Tailândia, chegaram mesmo a ser anunciadas deportações em massa para mostrar à opinião pública o suporte pelos trabalhadores nacionais, contudo, devido à importância dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho, as deportações não chegaram a ser concretizadas (Koser, 2009, p.21). Na Malásia, em 1998, foi anunciado que seriam repatriados 1 milhão de trabalhadores estrangeiros, o que também não aconteceu, especialmente devido à sua importância dos imigrantes para setores 3D's (*Dirty, Dangerous, Demeaning*) (Koser 2009, p.28). No mesmo país, foi implementado um imposto obrigatório, um *employees provicence fund*, que seria pago tanto pelos empregadores como por empregados. Em parte, este imposto iria contribuir para reduzir a saída de remessas e reduzir o custo das migrações para o governo (Koser, 2009, p.24). No entanto, o efeito não esperado da ação foi um aumento dos recrutamentos de trabalhadores indocumentados e das subdeclarações de impostos.

Observando o fenómeno pelo prisma das saídas, alguns países iniciaram uma política de exportação de trabalhadores como resposta ao desemprego, entre eles a Tailândia e a Coreia. O primeiro caso implementou incentivos governamentais entrando em competição com as Filipinas na emissão de mão-de-obra. Em ambos os países observaram-se impactos como o aumento das remessas, o aumento das dissoluções de casamentos e decréscimo na natalidade (Koser, 2009 p.23).

Também no mercado de trabalho deram-se impactos. Contudo, ao contrário do previsto pela teoria do *buffer* (já refutada pela crise anterior), a população autóctone não ocupou os postos de trabalho menos desejados ocupados pelos imigrantes. No entanto, os direitos dos trabalhadores imigrantes foram reduzidos e, em

alguns casos, até explorados (Sward & Skeldon, 2009). A um nível meso, implicou, um aumento de intermediários, *middle mans*, que lucravam com a situação (Koser, 2009).

Na Malásia, deram-se tentativas de redistribuição dos trabalhadores imigrantes entre setores de atividade: da construção para a plantação e para a manufatura. Contudo, os resultados não foram positivos, especialmente devido às burocracias implicadas, à não-atratividade dos trabalhos oferecidos e à possibilidade de continuar a trabalhar no sector da construção como indocumentado (Koser, 2009 p.2). Por sua vez, os imigrantes que se mantiveram nos mesmos setores, viram a sua carga horária aumentar (Koser, 2009). Em países como a Malásia e a Tailândia foi difícil recuperar salários em atraso de empresas falidas. No geral, durante esta crise, foi também difícil por parte dos imigrantes aceder a benefícios sociais (Koser, 2009 p.16). Para além disso, o desemprego duplicou em Hong Kong, na China, na Malásia e na Tailândia. Em países como a Coreia e a Indonésia, chegou mesmo a triplicar, o que implicou sentimentos anti-imigração por parte da população maioritária (Koser, 2009 p.17).

A crise implicou também o retorno de emigrantes, embora não num volume tão elevado como se esperava, especialmente porque os países de origem que não tinham desenvolvido políticas para absorver estes trabalhadores no mercado de trabalho (Koser, 2009 p.17).

Tal como nos choques petrolíferos, a crise asiática teve impactos indiretos ou menos visíveis. O primeiro foi a redução do número de estudantes internacionais (Koser, 2009 p.17). Uma segunda consequência foi o contágio à Rússia e a alguns países da América do Sul.

3 O contexto atual

3.1 Panorama geral

“Globalisation is in reverse, with cargo traffic, air passengers and tourism all in retreat”
(Rogers *et al.*, 2009 p.5).

A atual crise económica e de dívidas soberanas iniciou-se 2007, em grande parte desencadeada por especulação imobiliária nos Estados Unidos. Em muitos países, a crise financeira esteve associada a uma recessão. Em diversos países deu-se a necessidade de investir somas elevadas para salvar os bancos nacionais. Esta crise afetou de forma diferenciada cada país europeu (Hanewinkel, Breford, González-Martín, Cardoso, & Engler, 2013).

Segundo Castles e Miller (2010), esta crise teve diferentes fases e cada uma destas fases afetou de forma diferenciada a população imigrante. Inicialmente a crise imobiliária afetava especialmente os trabalhadores da construção civil nos Estados Unidos. Numa segunda fase alastrou-se ao setor financeiro, o que afetou em grande parte trabalhadores qualificados do setor financeiro ou da IT. Agravou-se posteriormente a uma crise de emprego, em que foram especialmente afetados os trabalhadores pouco qualificados. Finalmente, uma crise de dívidas, cujo impacto nas migrações é difícil de compreender.

Juntamente com a perda de emprego nos setores acima referenciados, a quebra na procura de exportações e o declínio no investimento direto externo teve também impactos em indústrias e empresas comerciais, que tendem a empregar imigrantes (Hanewinkel *et al.*, 2013).

Em termos demográficos, os *stocks* de imigrantes não diminuirão drasticamente, em alguns casos estabilizaram e noutros até aumentaram de acordo com os dados do SOPEMI (Dobson *et al.*, 2009). Segundo os dados de 2012 da OCDE, as migrações intra-europeias decresceram entre 2007 e 2010 (Hanewinkel *et al.*, 2013). Especificando algumas destas migrações: Países como o Reino Unido e a Alemanha viram o número de imigrantes do sul da Europa aumentarem, especialmente jovens

desempregados da Grécia, Espanha e Portugal, apelidados por alguns como os “novos trabalhadores convidados” (Volker, 2012 in Hanewinkel et al., 2013). Algumas características distanciam estes novos trabalhadores da geração anterior: serem muitas vezes altamente qualificados e chegarem com alguma experiência de mobilidade europeia, como o Erasmus e outros programas semelhantes (Hanewinkel et al., 2013). Para este perfil em específico, foi argumentado (ou verificado) que a decisão de emigrar é resultado de um sentimento de privação relativa. Este sentimento resulta de uma profunda frustração com as condições no país de origem, causado pela conjuntura económica e social. O raciocínio subjacente é o de que os factores de repulsão já existiam, mas que foram magnificados com a crise. Concomitantemente, esta migração é enquadrada numa visão do mundo em que a mobilidade é valorizada positivamente e como algo que faz parte da identidade profissional dos sujeitos (Triandafyllidou & Gropas, 2014).

3.2 O impacto no mercado de trabalho

As migrações laborais foram as mais afetadas pela crise, embora as restantes (reagrupamentos familiares, de estudantes) também sejam adiadas devido à falta de rendimento adequado para as suportar. Já as migrações forçadas e de refugiados, na sua lógica inicial, são independentes dos fatores económicos. Contudo, por terem origem em países economicamente vulneráveis, podem implicar uma maior pressão para as saídas. Também a possível redução no financiamento ao desenvolvimento implica uma maior pressão nas saídas populacionais. Deste modo, outros tipos de migrações podem funcionar como “*communicating vessels*”. Isto é, uma vez que não é possível entrar num país como imigrante laboral, a estratégia passar por dar entrada como requerente de asilo (ou através de reagrupamentos familiares) (Beets & Willekens, 2009).

Com o aumento do desemprego, espera-se um decréscimo na procura por trabalho imigrante. Por sua vez, imigrantes residentes podem perder os seus empregos e imigrantes recém-chegados poderão não encontrar trabalho. No entanto, é necessário ter em consideração o país para onde estes imigrantes laborais se dirigem. Países como a França e Alemanha, não sofreram tanto o aumento no desemprego em 2009, por terem menos trabalhadores em *part-time* do que Espanha, e também por o peso da construção na economia nacional ser menor (Rogers et al., 2009 p.680). Também se poderão observar decréscimos nos valores dos salários, mas não deverá afetar os *stocks*, fluxos ou regressos, pois o que importa mais são as vantagens relativas entre o destino e a origem (Beets & Willekens, 2009).

No que respeita os setores de atividade económica, observou-se que, durante os anos de 2008 e 2009, os primeiros anos da crise, existiram impactos em 4 setores de atividade: construção, finanças, manufatura e serviços de viagens, todos eles empregadores de população imigrantes, mas com características diferentes. As finanças, empregam trabalhadores altamente qualificados. A manufatura, recruta mediantemente qualificados. A construção e os serviços de viagens, lidam com imigrantes muito pouco qualificados (Martin, 2009). Em setores da economia que empregam trabalhadores menos qualificados como a construção, a agricultura e o *catering*, que se caracterizam por uma elevada volatilidade de acordo com os ciclos económicos deve haver um maior número de trabalhadores irregulares (Castles & Miller, 2010). No entanto, não será uma situação exclusiva da população estrangeira, estes trabalhadores imigrantes partilham as mesmas características com trabalhadores autóctones precários (Rogers et al., 2009).

Já no segmento mais qualificado, por serem tendencialmente mais jovens e solteiros, deverão conseguir permanecer no país de destino com maior facilidade devido à sua *habilidade* de conseguir outro trabalho devido às suas *skills* na língua (Beets & Willekens, 2009).

3.3 Impactos nas relações transnacionais

No que respeita as relações com o país de origem analisam-se os impactos nas remessas e nas remigrações. O campo das remessas parece ser pouco consensual. Para Beets e Willekens (2009), a recessão económica tenderá a reduzir as remessas dos imigrantes uma vez que estes terão menos dinheiro. Por outro lado, relatórios da OCDE (2009) apontam para uma continuidade no envio de remessas uma vez que os imigrantes

tentarão minimizar os impactos negativos em casa, é nesta lógica que Martin (2009 p.5) defende as remessas devem ser menos sensíveis às recessões do que as migrações (*stocks* e fluxos). Efetivamente, segundo dados do Banco Mundial a crise implicou um decréscimo das remessas em nível mundial, contudo, observaram-se variantes regionais (Koser, 2009).

“When economic conditions get bad in rich countries they may be even worse in poorer origin countries.” (Castles, 2012 p.73)

Na relação entre o retorno e a crise espera-se que os imigrantes não regressem e aguardem que as condições no destino melhorem, pois o mais provável é as condições não serem melhores nos respetivos países de origem (Sward & Skeldon, 2009). Uma vez que a recessão é mundial, reduz as oportunidades de emprego tanto nos países recetores como nos países emissores, deste modo, os fatores de atração e repulsão anulam-se (Beets & Willekens, 2009). Uma tentativa de criar uma modelo explicativo desta relação defende que se forem imigrantes de países com PIB elevados, devem regressar ao país de origem, se forem de países com PIB baixo a tendência será para permanecerem (Dobson et al., 2009 pp.7-8). A ideia de que a crise gera migração de retorno aplica-se apenas se, no país de origem, o declínio na economia seja menor, como aconteceu na Polónia entre 2004 e 2009 (Barcevičius, Igllicka, Repečkaitė, & Žvalionytė, 2012), segundo estes autores as condições económicas no país de origem serão o fator mais importante na migração de regresso.

A um nível de análise micro, imigrantes que investiram financeiramente na emigração, mais bem remunerados, e que se encontram com a família, serão os que mais provavelmente irão esperar que a situação melhore, pois caso voltem a casa perdem o seu investimento (Sward & Skeldon, 2009). Uma tentativa de sintetizar os fatores que reduzem as intenções de retorno aponta quatro argumentos: 1) o trabalho pode ser ainda mais escasso na origem; 2) os imigrantes podem ter desenvolvido capital social no destino que os suporta; 3) podem ser beneficiários de segurança social no destino; 4) podem ter receio que posteriormente a nova entrada no país de destino lhes seja vedada (*re-entry ban*) (Beets & Willekens, 2009), o que é mais importante ainda para imigrantes irregulares (Sward & Skeldon, 2009).

Uma das diferenças entre esta crise e as anteriores é que, nas anteriores deu-se uma mudança nos fluxos, na crise de 1973-1974 a recessão foi sentida nos países compradores de petróleo, o que fez com que se desse um *boom* nos países exportadores de petróleo, por consequente alguns migrantes mudassem de destino (Martin, 2009). Uma vez que a crise foi global, não há destinos alternativos para os imigrantes (Martin, 2009). Assim, os projetos de remigração deverão ser reduzidos.

4 A aplicação ao caso português recente

4.1 Objetivos

O objetivo da componente empírica desta comunicação é o de comparar diversas características dos emigrantes saídos antes e depois do *turning point* da crise económica, aqui considerado o ano de 2008. Embora se esteja ciente da dificuldade em definir objetivamente qual o ano em que a crise económica despoletou, a observação da taxa de crescimento do PIB em Portugal permite perceber que foi de 2007 para 2009 que se deu um decréscimo relevante. Não obstante se tenham observado valores negativos em 1993, 2003 e 2012 não tiveram o impacto que teve o de 2007-2009.

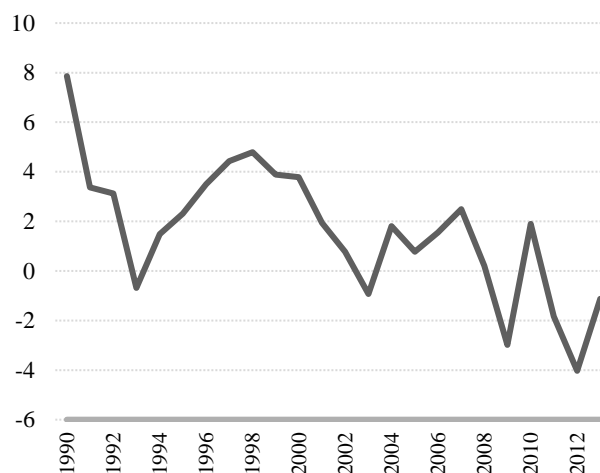


Figura 1 - Taxa de crescimento do PIB em Portugal, 1990 a 2013. Fonte: INE/BP, Pordata

4.2 Método

O material empírico utilizado provém do inquérito por questionário aplicado no âmbito do projeto REMIGR². Cujo trabalho de campo decorreu entre maio de 2014 e maio de 2015. Os inquéritos aqui analisados foram aplicados tanto numa modalidade *online* como no formato mais tradicional de papel-e-caneta. Na primeira modalidade foram recolhidas 4.428 respostas oriundas de cerca de 100 países. Na modalidade tradicional foram recolhidos 1.658 questionários aplicados em França, Reino Unido, Luxemburgo, Brasil, Angola e Moçambique.³

O objetivo é o de comparar os inquiridos tendo com critério terem saído de Portugal antes de 2008, inclusive, ou a partir de 2009. Deste modo, serão analisadas de forma descritiva as características dos inquiridos, comparando os dois grupos. A análise encontra-se dividida no seguintes tópicos: sociodemográficos, de trajetória migratória, e de integração. Num segundo momento uma regressão logística ajudará a perceber melhor esses efeitos.

4.3 Resultados

4.3.1 Descritivas

Ano de chegada

A proporção de inquiridos chegados até ao ano de 2008 representada na Figura 3 trata-se de uma minoria: 23,4%. Tal deve ser interpretado com as devidas precauções, não representa que a maioria da emigração portuguesa após o ano 2000⁴ tenha ocorrido após 2009, apenas que, devido ao processo de amostragem, foram recolhidos mais dados sobre emigrações mais recentes. Seja devido a uma elevada rotatividade nas migrações, que implica que muitas pessoas que tenham emigrado até 2008 tenham entretanto regressado⁵, ou devido a uma maior propensão para a participação no estudo por parte de emigrantes mais recentes.

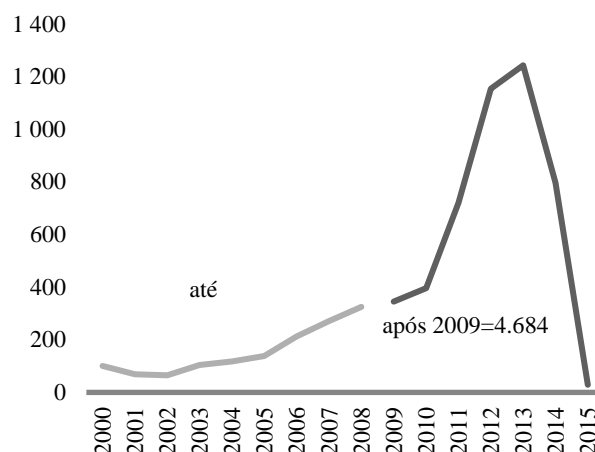


Figura 2 - Ano de chegada ao país de destino. Fonte: REMIGR (2014-1015)

Sociodemográficas

Analisando de forma comparada as características dos emigrantes que saíram antes e depois do ano estipulado (Tabela 1), é de constatar que ambas as amostras são ligeiramente equilibradas em termos de diferenças de género. Deste modo, é deixada de parte a ideia de que, como se deu em crises anteriores, se estaria perante um decréscimo nas migrações laborais que faria com que o peso relativo dos reagrupamentos familiares se fizesse sentir com maior intensidade.

Em termos de escolaridade, os emigrados após 2009 apresentam um perfil mais escolarizado, contudo, tal deve ser em grande parte resultado de uma maior predisposição da população mais escolarizada para responder a inquéritos por questionário. Através das estatísticas oficiais, não existe fundamento empírico para considerar que a emigração mais recente seja mais escolarizada, embora tenha vindo a aumentar o seu peso relativo.⁶

Observando os valores das idades em que os inquiridos emigraram, o segmento pós-2009 é ligeiramente mais velho que o que emigrou antes de 2008. O que pode apontar para uma maior diversidade de perfis emigratórios no pós-2009. Ou seja, não se trata de uma emigração mais jovem na atualidade, pois em épocas anteriores também se emigrava jovem. O que pode acontecer na atualidade é que para além destes *clássicos* jovens, emigrem também menos jovens. Entre eles, expatriado muitas vezes enquadrados em projetos de empresas das quais já são colaboradores.

Sociodemográficas	Até 2008	2009 ou depois
<i>Sexo</i>		
Masculino	52,9	51,9
Feminino	47,1	48,1
<i>Estado Civil</i>		
Solteiro/a	32,1	47,5
Casado/a ou em união de facto	58,8	46,4
Divorciado/a ou separado/a	8,1	5,8
Viúvo/a	0,9	0,3
<i>Escolaridade</i>		
Até secundário	42,1	26,1
Superior	57,9	73,9
Idade quando emigrou (média)	29,25	31,92

Tabela 1 - Comparação de caraterísticas sociodemográficas. Fonte: REMIGR (2014-1015)

No que respeita o estado civil (Tabela 1) é de constatar que enquanto no primeiro grupo predominam os casamentos e as uniões de fato, no segundo grupo esta concentração dá lugar a uma maior diversidade, coexistindo em proporções semelhantes casados e solteiros.

Trajatória migratória

Nos itens referentes à trajetória migratória analisa-se a existência de experiência migratória, os motivos atribuídos à saída de Portugal e os motivos que pesaram na escolha do país de destino (Tabela 2).

Trajatória migratória	≤ 2008	≥ 2009
<i>Países de destino</i>		
Europa	77,5	62,5
Fora da Europa	22,5	37,5
<i>Experiência emigratória</i>		
Sim	29,1	35,3
Não	70,9	64,7
<i>Motivos saída</i>		
Motivos familiares (reunir ou acompanhar a família)	14,3	11,7
Estava desempregado/a	13,0	21,0
Estava empregado/a, mas o meu salário era muito baixo	17,5	20,3
Não tinha oportunidades de carreira profissional	24,8	32,5
Oportunidade de desenvolvimento de negócio	3,9	5,5
Queria estudar ou melhorar a minha formação profissional	17,6	14,0
Não via futuro no país	31,9	39,8
Realizar novas experiências	35,7	35,1
<i>Estratégia migratória</i>		
Sozinho	53,2	52,6
Com o cônjuge, companheiro(a) ou namorado(a)	30,9	34,8
Com outros familiares	10,4	5,8
Com colegas ou amigos	4,4	5,7

Tabela 2 - Comparação de indicadores referentes à trajetória migratória. Fonte: REMIGR (2014-1015)

O primeiro indicador referente à trajetória migratória mostra que o rácio entre as emigrações para países europeus e países fora da Europa era constituído, no primeiro momento, por cerca de $\frac{3}{4}$ de destinos europeus. No segundo momento, o continente europeu perde peso relativo, embora seja a maioria, contabilizando 63% dos inquiridos emigrados neste período mais recente. Aqui, tal como aconteceu em crises anteriores, pode ter-se dado uma mudança nas migrações, com destino a países que não foram tão afetados pela crise económica. Em segundo lugar estes dados ajudam também a reforçar a ideia de que o destino das migrações diversificou-se, deixando de estar mais concentrado em países europeus.

Uma análise à Figura 5 ajuda a perceber o motivo para a mudança nos destinos. Embora grande parte dos países não europeus também tenham experienciado quebras do crescimento do PIB no ano de 2009, a sua situação recuperou melhor do que a situação portuguesa. Com as devidas reservas uma vez que alguns países como Moçambique partiam de valores *per capita* mais baixos. A ideia principal é que o baixo crescimento económico em Portugal, juntamente com um cenário não tão desfavorável em outros países pode ter funcionado com situação conjuntural para esta emigração. Evidente que para além destes fatores macro, existem ligeiras *nuances* de acordo com cada país, no caso do Brasil e Moçambique o investimento de algumas empresas portuguesas pode ter pesado mais nesta emigração, mais do que o mero crescimento económico.

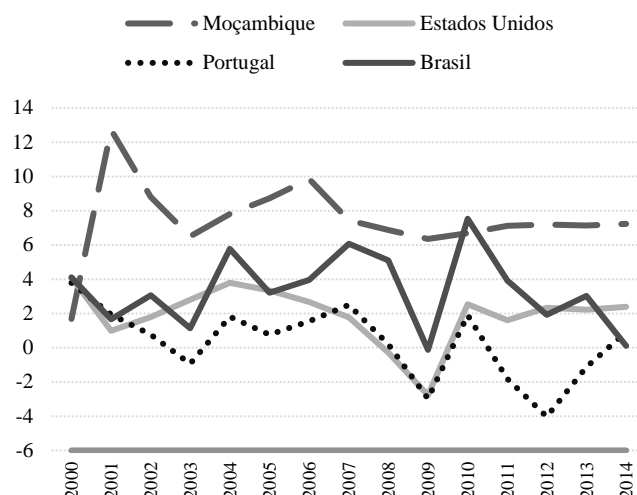


Figura 3 - Taxa de crescimento do PIB em Portugal e em nos principais países de destino não europeus da amostra. Fonte: World Bank

Em segundo lugar na Tabela 2, é analisada a existência de uma experiência migratória prévia. É argumentada por alguma literatura que as novas migrações possuem alguma experiência prévia de mobilidade, especialmente de mobilidade académica como os programas Erasmus. Efetivamente, no grupo que emigrou após 2009, existe uma maior proporção de inquiridos com experiência emigratória (35% *versus* 29%). Interessará também perceber se dizem respeito a migrações laborais ou de programas de mobilidade estudantil.

Quanto aos motivos apontados para a saída (Tabela 2), destaca-se nas migrações prévias à crise a motivação pela necessidade de realizar novas experiências (36%) e em segundo lugar a falta de futuro no país (32%). No subgrupo de emigração mais recente, a hierarquia inverte-se, sendo a falta de futuro a mais frequente seguida das motivações pela experiência (40% e 35%). A ideia de não ter futuro no país é mesmo uma daquelas onde as diferenças entre as duas subamostras são mais elevadas. Em termos de diferenças, o desemprego é aquela onde a diferença é mais elevada, seguido da falta de carreira profissional. Enquanto no primeiro momento predominam os motivos da experiência, muito próximo dos resultados de Favell sobre os *eurostars* (Favell, 2011) (mesmo que a amostra analisada não se trate de uma amostra de *eurostars*). Na subamostra mais recente, as motivações pela experiência *à lá eurostar* continuam a existir, mas perdem espaço para sentimentos que outros autores denominam de anomia (Bygnes, 2015) ou de privação relativa (Triandafyllidou & Gropas, 2014). Bem como de situações mais objetivas como o desemprego, que, como se verá mais à frente, teve tendência para crescer.

Os motivos familiares, que se esperavam mais elevados devido à ideia de um maior número de reagrupamentos familiares, não se revelaram tão importantes, foi até mais elevada a proporção de motivos familiares no período antes de 2008. O que pode indicar que as migrações mais recentes tenderão a ser de menor duração com um projeto emigratório curto, em não compensará o reagrupamento familiar.

Quanto às estratégias migratórias predominam em ambos os casos as migrações solitárias, no entanto, no grupo de emigração mais recente, dá-se um aumento das migrações com o cônjuge e um ligeiro aumento das migrações com colegas ou amigos.

Integração

Os indicadores de integração analisados serão as principais ajudas recebidas no destino, as dificuldades sentidas e as condições perante o trabalho.

Comparam-se as principais ajudas recebidas em quatro campos (informação sobre o país de destino, financiamento da viagem, encontrar alojamento e encontrar trabalho) (Tabela 3). No campo das informações sobre o país de destino, 30% dos que emigraram antes de 2008 obtiveram esta informação através dos seus familiares. Enquanto na amostra mais recente, o maior informador foram os amigos portugueses em 30% das respostas. Já o financiamento da viagem era predominantemente financiado por familiares no período anterior a 2008, já na época mais recente, domina a figura do empregador (31%). No que toca ao alojamento, enquanto no período anterior a 2008 era quase equitativamente dividido entre o empregador e os familiares (25% cada), no período mais recente o empregador destaca-se com um terço das respostas. Por fim, na obtenção de emprego, predomina a figura do empregador nos dois momentos, mas bastante mais importante no segundo momento (36% *versus* 26%), os familiares, que assumiam algum peso no primeiro momento (18%), perdem importância relativa (11%).

Sintetizando, as redes de ajuda parecem passar de ancoradas nas redes familiares, para um cariz formal e centradas na figura do empregador. A evidência empírica não é suficiente, mas pode em parte se suportada pela ideia de uma erosão do capital social (Putnam, 2000) que será substituída por meios mais formais. O campo das ajudas parecer ser um dos poucos em que não se verifica uma maior diversidade de situações nos emigrantes pós-2009, ao invés, dá-se uma elevada concentração da figura do empregador.

<i>Ajudas</i>	≤ 2008	≥ 2009
<u><i>Informação sobre o país</i></u>		
Familiares	29,8	24,9
Amigos portugueses	21,8	30,0
Empregador	19,5	25,9
<u><i>Financiamento da viagem</i></u>		
Familiares	27,4	24,1
Amigos portugueses	2,1	2,0
Empregador	20,0	30,7
<u><i>Encontrar/obter alojamento</i></u>		
Familiares	24,6	18,9
Amigos portugueses	14,1	16,3
Empregador	24,7	33,0
<u><i>Encontrar/obter trabalho</i></u>		
Familiares	18,4	11,0
Amigos portugueses	11,3	12,4
Empregador	26,2	36,4

Tabela 3: Comparação das principais ajudas recebidas. Fonte: REMIGR (2014-1015)

Quando são analisadas as dificuldades de integração de forma comparativa, destaca-se que o grupo que emigrou antes de 2008 apenas apresenta dificuldades de integração ligeiramente mais elevadas no item clima. A diferença deve ser explicada por uma maior presença de emigrantes em países europeus (com clima mais agrestes) neste grupo. O grupo que emigrou após 2009 destaca-se por maiores dificuldades de integração nos acessos aos serviços de saúde, questões burocráticas, integração dos filhos na escola e acesso ao alojamento. Se por um lado deve ser tido em conta que nestes grupos encontram-se os emigrados em países fora do espaço Schengen que implicam uma carga burocrática mais elevada; é também de destacar o peso de países como Angola ou Moçambique, em que os serviços públicos de saúde e de ensino que não se encontram tão desenvolvidos como em Portugal.

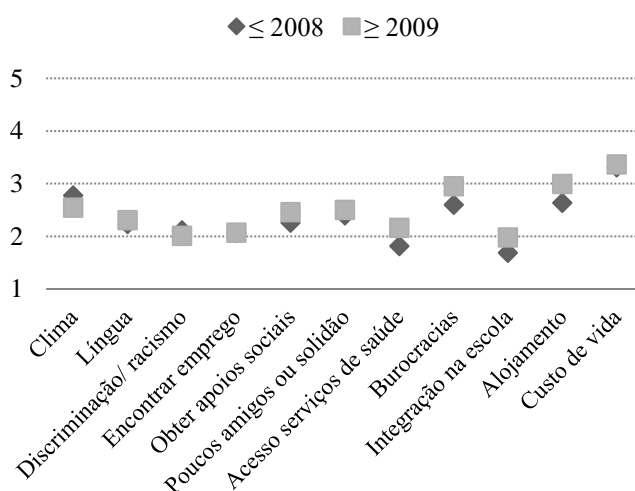


Figura 4 - Comparação das dificuldades de integração - 1. Nada difícil, 5. Muito difícil. Fonte: REMIGR (2014-1015)

Analisando as principais situações perante o trabalho (Tabela 4). É de constatar que, antes de emigrar, predominavam em ambos os grupos os empregados com contrato sem termo, sendo esta a condição de cerca de um terço das duas amostras. Contudo, destaca-se o elevado peso de emigrantes desempregados no momento mais recente (23%) e no momento anterior o peso relativo dos estudantes (17%).

	≤ 2008	≥ 2009
<i>Antes de emigrar</i>		
Empregado (contrato sem termo)	33,7	32,7
Empregado (contrato a termo)	18,8	18,2
Desempregado	13,8	22,6
Estudante	17,4	11,9
<i>Atualmente</i>		
Empregado (contrato sem termo)	56,1	49,0
Empregado (contrato a termo)	21,9	29,5

Tabela 4: Comparação das condições perante o trabalho em Portugal e no momento da aplicação do inquérito. Fonte: REMIGR (2014-1015)

O valor elevado dos desempregados no grupo de emigração mais recente pode ser resultado do aumento do desemprego em Portugal (Figura 5), ou seja, uma vez que a partir de 2009 a taxa de desemprego assume valores mais elevados, o que ajuda a explicar o incremento do peso de desempregados emigrados após 2009.

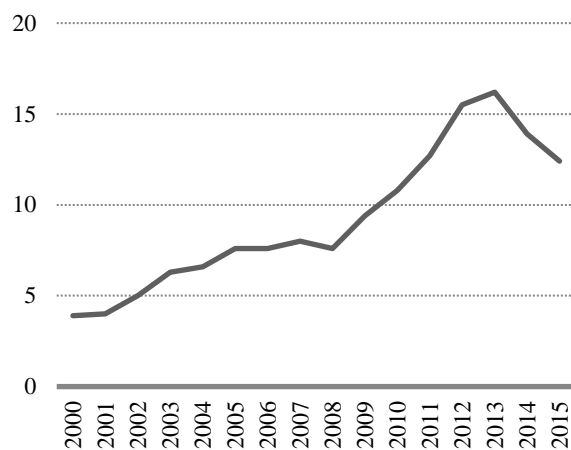


Figura 5: Taxa de desemprego em Portugal entre 2000 e 2015. Fonte: INE/Pordata

Já a proporção mais elevada da de estudantes parece como contraintuitiva, esperava-se que, devido às dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, existisse um maior contingente de graduados que passariam diretamente para o mercado de trabalho no exterior, contudo, tal não se verifica, os valores para a emigração até 2008 são de 17% e no segundo grupo de 12%. Uma explicação possível, é que, como uma queda no poder de compra e nos rendimentos, não seja possível atualmente financiar a emigração após os estudos e que se passe por breves períodos de subemprego antes de emigrar. Hipótese que será mais facilmente verificada com recurso a métodos qualitativos.

Quando se passa para a condição perante o trabalho na atualidade a situação mais comum em ambos os grupos é o contrato sem termo, mais frequente ainda no grupo que emigrou antes de 2008. Tal poderia ser interpretado como uma deterioração nas condições de trabalho da população que emigrou mais recentemente. Contudo, tendo em conta que se trata de pessoas que também se encontram no país há menos tempo, não é possível perceber se trata de uma questão de tempo, ou efeito da crise.

Modelo multivariado

De modo a perceber quais os fatores que mais diferenciam os emigrantes que saíram de Portugal nos dois períodos foi corrida uma série de regressões logísticas tendo com variável dependente *dummy* o ano de chegada posterior ou igual a 2009. Numa fase exploratória foram corridos diversos modelos contemplando os indicadores referentes às três dimensões de análise (sociodemográficas, da trajetória migratória e de integração). Os fatores estatisticamente significativos dos três modelos foram agregados num modelo final apresentado na Tabela 6.

Nos fatores sociodemográficos é relevante a idade e a escolaridade, sendo ambos positivamente relacionados com o corte migratório mais recente. No campo dos fatores relacionados com a trajetória migratória é estatisticamente relevante e positivamente relacionado com as saídas mais recentes os países de destino fora da Europa, bem como a experiência migratória prévia. As motivações para a emigração associadas às situações de desemprego, o baixo salário, ao desejo de desenvolver carreira (menos relevante) e a ideia de não ter futuro em Portugal são também associadas às migrações mais recentes. É ainda de destacar as situações de desemprego no momento prévio à emigração. No que diz respeito às ajudas recebidas, destaca-se por um lado a maior importância do empregador (embora não significativo no modelo final) para as migrações mais recentes e a importância da ajuda familiar nas migrações anteriores a 2008. Por fim, nas dificuldades de integração, o grupo mais recente apresenta uma menor incidência de situações percebidas de racismo e discriminação e uma maior dificuldade no acesso à habitação. Embora no geral, este grupo declare menores dificuldades de campo do custo de vida no destino.

	B	Odds Ratio
Idade no momento da emigração	0,04***	1,04
Escolaridade de nível superior (<i>dummy</i>)	0,65***	1,92
País de destino fora da Europa (<i>dummy</i>)	0,60***	1,82
Experiência emigratória (<i>dummy</i>)	0,25**	1,28
Saiu de Portugal devido a desemprego (<i>dummy</i>)	0,46***	1,59
Saiu de Portugal por ter baixo salário (<i>dummy</i>)	0,36***	1,43
Saiu de Portugal para desenvolver carreira (<i>dummy</i>)	0,17*	1,19
Saiu de Portugal por não ter futuro (<i>dummy</i>)	0,38***	1,46
Situação de desemprego antes de emigrar (<i>dummy</i>)	0,46***	1,59
Ajudas: Informação sobre o país-Empregador (<i>dummy</i>)	0,06	1,06
Ajudas: Encontrar/obter trabalho-Familiares (<i>dummy</i>)	-0,24*	0,78
Dificuldades: Discriminação/ racismo	-0,14***	0,87
Dificuldades: Dificuldades para alugar uma casa/apartamento	0,22***	1,25
Dificuldades: Custo de vida	-0,09*	0,92
Constante	-1,09	0,34
Nagelkerke R Square		0,13

Tabela 5 - Modelo final - *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001

5 Conclusões

“Even when there are data available to demonstrate a shift in migration patterns and processes during earlier financial crises, it can be hard to separate out from the existing data the ‘crisis impact’ from the impact of deeper structural changes” (Koser, 2009 p.10).

Foi objetivo desta comunicação perceber algumas diferenças entre as emigrações portuguesas anteriores e posteriores à crise económica. Recorreu-se tanto a um enquadramento de anteriores crises económicas e os seus impactos nas migrações, bem como a material empírico resultante de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra de emigrantes portugueses. No decorrer da análise, levantou-se a hipótese da crise económica, mais do que ter alterado o perfil social e atitudinal dos emigrantes portugueses, tenha sido um dos fatores a ajudar a tornar a emigração portuguesa mais diversificada. Em termos demográficos acrescenta pessoas tendencialmente mais velhas e mais escolarizadas. Nos países de destino ganham destaque os países não europeus, sendo já conhecido de crises anteriores esta mudança de foco. Ganha relevo também uma maior experiência migratória, associada a uma maior tendência para migrações de curta duração. Nas motivações subjacentes à emigração, são relevantes o desemprego, o baixo salário e a “falta de futuro” em Portugal, com menos peso, emerge também o desejo de construir carreira. Nas ajudas recebidas perdem peso as ajudas por parte de familiares e ganha relevância a figura do empregador. Por fim, nas dificuldades de integração, a emigração mais recente, quando comparada com os emigrados antes da crise, percebe-se com menor intensidade o racismo e a discriminação. O que é compreensível sabendo que em países como a Alemanha a opinião pública é favorável aos imigrantes recentes do sul da Europa (Hanewinkel et al., 2013), por outro lado é contrastante a dificuldade no acesso à habitação, provavelmente devido a um maior peso de sujeitos que procuram instalar-se em zonas mais centrais das cidades, os *“seekers of life experiences and culture”* (Meeteren & Pereira, 2013).

O baixo peso do indicador de adequação do modelo de regressão (13%, não obstante a sua significância estatística) permite perceber que estes indicadores não representam uma mudança de perfil. Defende-se, e pretende-se provar em trabalhos futuros a existência uma maior diversidade nos perfis da emigração portuguesa, por um lado resultado do seu maior quantitativo, por outro lado, por associação (ainda que muito modesta) ao alguns autores classificam com uma superdiversidade (Vertovec, 2007) em contextos de receção

de imigrantes. Mudança que em parte pode ter sido impulsionada pela crise económica, mas cuja causalidade por inteiro não pode ser atribuída a este marco.

Referências

- Barcevičius, E., Iglicka, K., Repečkaitė, D., & Žvalionytė, D. (2012). *Labour mobility within the EU: The impact of return migration*. Lithuania: Public Policy and Management Institute (PPMI).
- Beets, G., & Willekens, F. (2009). "The global economic crisis and international migration: An uncertain outlook". In D. Coleman & D. Ediev (Eds.), *Vienna Yearbook of Population Research* (pp. 19-37). Vienna: Wittgenstein Centre for Demography and Global Human Capital.
- Bygnes, S. (2015). Are They Leaving Because of the Crisis? The Sociological Significance of Anomie as a Motivation for Migration. *Sociology*, 1-16.
- Castles, S. (2012). "Migration, Crisis, and the Global Labour Market". In R. Munck, C. U. Schierup & R. D. Wise (Eds.), *Migration, Work and Citizenship in the New Global Order*: Routledge.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2009). *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World. 4th edition*: Palgrave Macmillan.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2010). *Migration and the Global Economic Crisis: One Year On*. from <http://www.imi.ox.ac.uk/publications/migration-and-the-global-economic-crisis-one-year-on>
- Dobson, J., Latham, A., & Salt, J. (2009). On the move? Labour Migration in Times of Recession What Can we Learn From the Past? *policy network paper*.
- Dustmann, C. (1996). Return Migration. The European experience. *Economic Policy*, 11(22), 213-250.
- Favell, A. (2011). *Eurostars and Eurocities*. Baskerville: Blackwell.
- Hanewinkel, V., Breford, L., González-Martín, B., Cardoso, F. E., & Engler, M. (2013). Does the Crisis Make People Move? EU Internal Migration and Economic Disparities in Europe. *Focus Migration Policy Brief*(20), 1-24.
- Koser, K. (2009). The Impact of Financial Crises on International Migration: Lessons Learned. *IOM Migration Research Series*(37).
- Kuhn, W. E. (1978). Guest Workers as an Automatic Stabilizer of Cyclical Unemployment in Switzerland and Germany. *International Migration Review*, 12(2), 221-224.
- Martin, P. (2009). The Recession and Migration: Alternative Scenarios. *IMI Working Papers*, 13.
- Meeteren, M. v., & Pereira, S. (2013). The differential role of social networks: Strategies and routes in Brazilian migration to Portugal and the Netherlands. *Norface Migration Discussion Paper*(2013-10).
- OCDE. (2009). *International Migration Outlook 2009*. Paris: OECD Publishing.
- Oliveira, I. T. d., Candeias, P., & Azevedo, J. (2016). Regresso e Circulação de Emigrantes Portugueses no Início do Século XXI. *Sociologia Problemas e Práticas*(81), 11-35.
- Peixoto, J., Oliveira, I. T., Azevedo, J., Candeias, P., & Lemaître, G. (2016). "A nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa". In J. Peixoto, I. T. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros & P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao Futuro: A nova emigração e a sociedade portuguesa* (pp. 29-69). Lisboa: Gradiva.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Inês, Santo, E., Inês, & Vidigal. (2014). *Portuguese Emigration Factbook 2014*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.

Rogers, A., Anderson, B., & Clark, N. (2009). Recession, Vulnerable Workers and Immigration: Background report. *COMPAS*.

Sward, J., & Skeldon, R. (2009). Migration and the Financial Crisis: How will the Economic Downturn Affect Migrants? *Development Research Centre on Migration, Globalisation & Poverty*(Briefing 17).

Triandafyllidou, A., & Gropas, R. (2014). "Voting With Their Feet": Highly Skilled Emigrants From Southern Europe. *American Behavioral Scientist*, 58(12), 1614-1633.

Velling, J. (1993). Immigration to Germany in the Seventies and Eighties - The Role of Family Reunification. *Zentrum fur Europiische Wirtschaftsforschung Discussion Papers*(93-18).

Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its Implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-1054.

¹ Esta comunicação é enquadrada no projeto de doutoramento “Portugueses pelo Mundo: Nova Emigração, Integração e Práticas Transnacionais” financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a bolsa PD/BD/113555/2015.

² “*Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa*” (REMIGR), financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia, (PTDC/ATP-DEM/5152/2012).

³ Para mais detalhes sobre a metodologia do projeto ver Peixoto et al. (2016)

⁴ O universo definido para o projeto em causa foi a emigração a partir do ano 2000, pelo que não foi possível obter informação sobre saídas mais datadas.

⁵ Para uma exploração dos dados censitários sobre o regresso de emigrantes e circulação ver Olivera et al. (2016).

⁶ Para dados dos nascidos em Portugal em países da OCDE ver Pires et al. (2014).